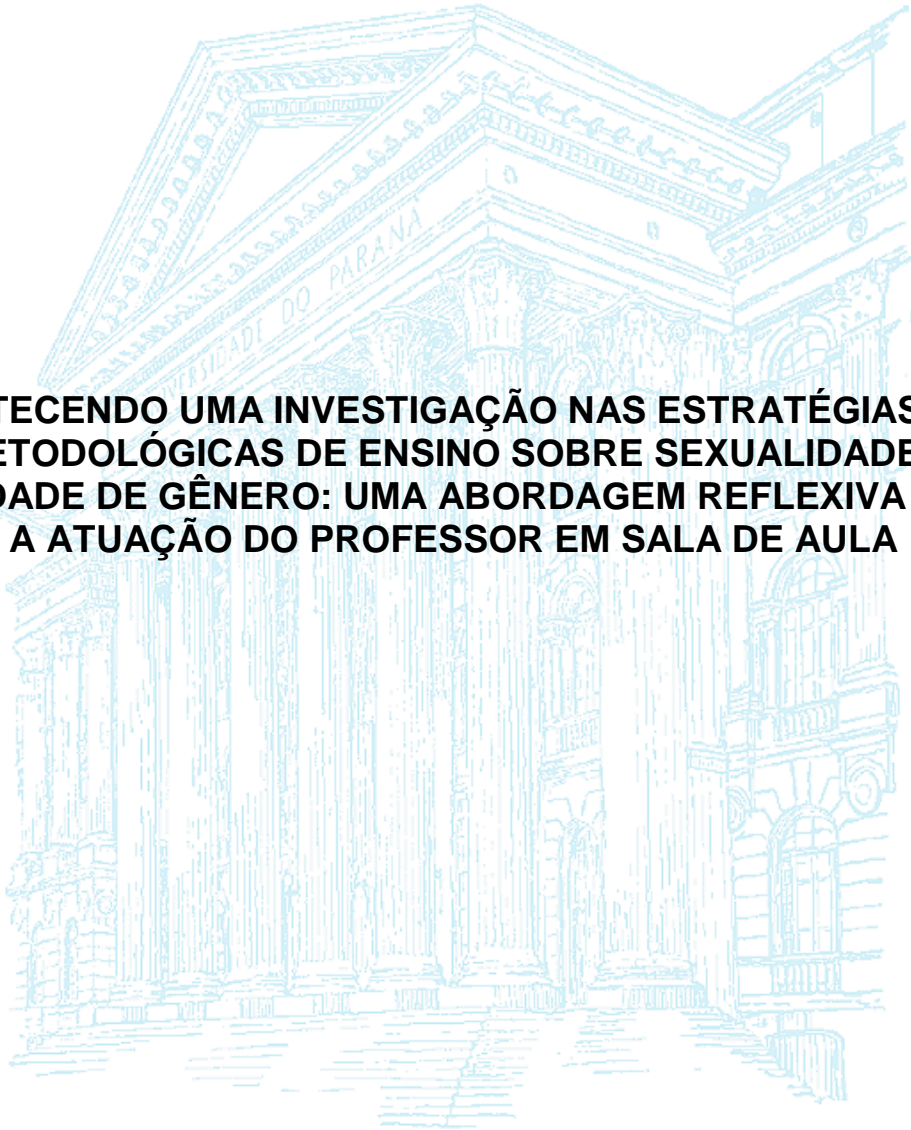


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CYBELLI MARINA BAZZA



**TECENDO UMA INVESTIGAÇÃO NAS ESTRATÉGIAS
METODOLÓGICAS DE ENSINO SOBRE SEXUALIDADE E
IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA SOBRE
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR EM SALA DE AULA**

ITAMBÉ
2016

CYBELLI MARINA BAZZA

**TECENDO UMA INVESTIGAÇÃO NAS ESTRATÉGIAS
METODOLÓGICAS DE ENSINO SOBRE SEXUALIDADE E
IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA SOBRE
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR EM SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof^a. Marcia Regina Ferreira

ITAMBÉ
2016

TECENDO UMA INVESTIGAÇÃO NAS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DE ENSINO SOBRE SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA SOBRE A ATUAÇÃO DO PROFESSOR EM SALA DE AULA

Cybelli Marina Bazza¹ Marcia Regina Ferreira²

¹ Graduada em Serviço Social (2011) na Unidade de Ensino Superior (Ingá);Email: cibeliss@hotmail.com

² Graduada em Administração(2000) e mestrado em Administração sobre Orçamento Participativo (2003), ambos realizados na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutora em Ciências pela Universidade Federal do Paraná com a linha de estudo sobre Desenvolvimento Rural Sustentável (2010). UFPR; E-mail: marciareginaufpr@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo desvelar questões relacionadas ao trabalho do professor em relação à sexualidade e identidade de gênero no âmbito escolar. A pesquisa também discorre sobre o papel do professor, verificando em que medida esses profissionais tem se preparado para contribuir com as novas demandas relacionadas à sexualidade e identidade de gênero de seus alunos. O trabalho irá enfatizar a formação do professor e verificar se sua metodologia oferece qualidade de ensino no enfrentamento a diferentes situações estabelecidas em sala de aula. Como esses profissionais trabalham as dificuldades e preconceitos que muitos alunos sofrem pelos demais colegas? O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica na qual foram analisadas publicações científicas sobre sexualidade, formação docente e preconceito. Para coleta de dados foram realizadas pesquisas de campo com professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio das redes Municipais e Estaduais do Município de Mandaguaçu e do Município de Ourizona, no Estado do Paraná.

Palavras – chave: formação do docente; identidade de gênero; preconceito; sexualidade

ABSTRACT: This article aims to uncover issues related to the teacher's work in relation to sexuality and gender identity in schools. The study also discusses the role of the teacher, checking the extent to which these professionals has been prepared to contribute to the new demands related to sexuality and gender identity of students. The work will focus on developing teacher and verify that its methodology offers quality education in addressing the different situations established in the classroom. As these professionals work the difficulties and prejudice that many students suffer by other colleagues? The study was conducted by means of literature in which were analyzed scientific publications on sexuality, teacher training and prejudice. For data collection were carried out field research with teachers of Primary and Secondary Education of Municipal and State of the Municipality of Mandaguaçu networks and the Municipality of Ourizona in the state of Paraná.

Key - words: training of teachers; gender identity; preconception; sexuality

INTRODUÇÃO

Durante o século XX, as instituições escolares eram estabelecidas por regimentos de uma educação limitada, ainda mais quando à discussão envolvia assuntos relacionados à sexualidade e gênero, segundo Felipe (2000). Frequentemente, as distinções atribuídas entre meninos e meninas eram encontradas em diversas áreas do conhecimento, como filosofia, medicina e pedagogia. Para Felipe (2000), a manifestação de sentimentos estava diretamente ligada com a sexualidade, por isso eram recomendadas as meninas a não estabelecerem uma relação afetiva com os demais colegas dentro e fora do âmbito escolar.

Dessa forma, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico, procurando demarcar oposição entre o sexo biológico. Ou seja, a forma com que homens e mulheres se manifestam na sociedade é parte de um aprendizado que ensina a agir conforme as prescrições de cada gênero, criando uma dicotomia entre o masculino e o feminino, institucionalizada, muitas vezes, pela concepção biológica sobre corpo. Assim, é a partir das diferentes concepções dos estudos de gênero que, inicialmente se referiam à “condição feminina”, a seguir à “problemática da mulher” e hoje, majoritariamente ao “gênero” enquanto categoria de análise, que as várias teorias procuram explicar, as categorias homem e mulher. Ou seja, desde o século XIX existe a idéia de que a categoria “mulher” é uma construção social, mas eram visíveis as dificuldades teóricas para explicar a opressão das mulheres nas diferentes teias de relações sociais com que homens e mulheres cotidianamente convivem. (BRASIL, 2010).

Entretanto, segundo Madureira e Branco (2007), inúmeras mudanças vieram ocorrendo nas últimas décadas, e acabaram modificando a tradicional visão da relação entre sujeito, sexualidade e identidade de gênero.

De fato, os movimentos sociais entre eles o feminista, como acrescenta Nogueira (2010), foi precursor e influenciou na construção de uma nova ordem social familiar, nova concepção da adolescência, tratando de desconstruir os tratamentos desiguais, a violência e conservadorismo. E trouxe novos modos de repensar e superar as discriminações de qualquer espécie e a diversidade do valor social. Todavia, apesar das diversas mudanças e diante dessas considerações, Nogueira (2010) relata que o preconceito contra a mulher, o homem, o homossexual, o negro e o transexual, ainda refletia muito na cultura de nossa sociedade. Neste contexto, professores e educadores precisavam repensar e discutir esses papéis

durante o processo de ensino e aprendizagem, na superação aos modelos de desigualdade social, exclusão e discriminação. Pode-se constatar que,

Neste cenário a educação sexual destaca-se como importante ferramenta para os profissionais de saúde, pais, escola e para os adolescentes, com potencial para subsidiar as suas reflexões sobre as diversas questões que permeiam a sexualidade, não a restringindo somente ao aspecto biológico, mas problematizando também as questões sociais e culturais de acordo com o contexto de vida. A educação sexual não se restringe ao domínio familiar, sendo considerada uma ação que deve ser provida também no âmbito da escola [...] Na escola, a educação sexual, [...] deve ser abordada transversalmente nos diversos componentes curriculares. O trabalho da educação sexual é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha qual seu caminho (TRAJANO, p. 48-49, 2014).

Porém, com a chegada da ditadura, a educação sexual foi banida devidamente da discussão pedagógica nas escolas. Quinze décadas mais tarde, os alunos gays, as lésbicas e os transexuais, ainda permaneceriam sem um lugar de pertencer no ambiente escolar. Se já é possível observar que a presença de alunos homossexuais causa algum desconforto para muitos, a experiência do transexual dentro da sala de aula se configura como um ser indesejável.

O processo de invisibilização de homossexuais, bissexuais e transgêneros no espaço escolar precisam ser desestabilizados. Uma invisibilidade que é tanto maior se fala de uma economia de visibilidade que extrapole os balizamentos das disposições estereotipadas e estereotipantes. Além disso, as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola. Essa invisibilidade a que estão submetidas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais comporta a sua exclusão enquanto tais do espaço público e, por isso, configura-se como uma das mais esmagadoras formas de opressão. É inquietante notar que alguém que não pode existir, ser visto, ouvido, conhecido, reconhecido, considerado, respeitado e tampouco amado pode ser odiado. A tendência já detectada em pesquisas consagradas segundo as quais a escola se nega a perceber e a reconhecer as diferenças de públicos, mostrando-se “índiferente ao diferente”, encontra, no caso de estudantes homossexuais, bissexuais ou transgêneros, sua expressão mais incontestável [...] (BRASIL, p. 30, 2009).

E é nessa óptica que Barros e Menezes (2014), entendem que a escola é um instrumento importante no enfrentamento ao preconceito e discriminação, porém, a educação ainda está reproduzindo opressão e discriminação contra os LGBT. Todavia, o processo de ensino aprendizagem possui papel fundamental, cabendo a instituição e aos professores estratégias na formação do aluno, possibilitando respeitar a diversidade sexual e a identidade de gênero do outro. Sendo assim,

[...] as relações que fazem parte da construção de nossas identidades giram em torno das alternativas possíveis e limites impostos em todos os espaços, tendo início nas redes de socialização primárias como a família e a escola e, posteriormente, na vida social em geral. É a partir dessa capacidade dialética de reconhecer e ser reconhecido que são estabelecidos os critérios que definem se os indivíduos podem ser aceitos ou não como membros de um determinado grupo. Neste sentido, o modo como a criança percebe que é reconhecida pelos colegas, de maneira coletiva ou como indivíduo, interfere nas suas interpretações em relação a ela mesma. Pode ocorrer que o desempenho de meninos e meninas na escola esteja relacionado com a posição, que eles acreditam que homem e mulher ocupam na sociedade e, assim, podem acabar reproduzindo um modelo social discriminatório. As referências obtidas no contato com familiares e outros adultos podem interferir nas construções da criança quanto aos estereótipos, os pré-conceitos, as relações de poder referentes ao gênero, gerando situações de desigualdade produzidas no interior da escola, que prejudicam não só o indivíduo, mas também dificultam a forma como ele se relaciona com os demais. Considera-se a hipótese de que o professor tem um papel significativo na construção das identidades de gênero, podendo problematizá-las ou reproduzi-las (VINHOLES, 2012, p. 04).

Para tanto Pavan (2013), acredita que só será possível uma nova reflexão sobre a construção de um currículo escolar que problematize abordagens sexistas e discriminatórias, com a formação inicial e continuada de professores.

É nessa perspectiva, que o trabalho tem por objetivo, abordar as representações sociais dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio de Escolas públicas, sobre as facilidades e dificuldades em discutir em sala de aula questões como sexualidade e identidade de gênero. Bem como, identificar se os profissionais desempenham papéis relevantes na formação do sujeito, incluindo as manifestações de sexualidade.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada em duas Escolas do Ensino Fundamental e uma Escola do Ensino Médio da rede pública do Município de Mandaguaçu no Estado do Paraná, e uma escola do ensino Médio da rede pública do Município de Ourizona – Pr, totalizando quatro escolas. Foram selecionados três professores de cada escola para entrevista. Quanto às formas de abordagens Gil (2009) considera que a pesquisa quantitativa pode ser tudo quantificável, traduzindo em números e opiniões, para dessa forma ser analisado. Utiliza recursos como estatísticas (percentagem, desvio padrão, etc). Já a pesquisa qualitativa não pode ser traduzida em números, ela é descritiva, podendo descrever pessoas, acontecimentos, transcrições de entrevistas, entre outros. A pesquisa qualitativa tem

contato direto do pesquisador com a situação estudada, preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No momento da entrevista com os professores optou-se pela participação do grupo respondendo a questionários com perguntas abertas, e para evitar comprometimento, nenhum nome dos entrevistados foi citado no decorrer da pesquisa realizada. Entretanto, a Escola particular religiosa do Município que havia selecionado, não aceitou que professores do Ensino Médio fossem entrevistados. Argumentou que o tema sobre diversidade sexual não está presente no conteúdo didático. No entanto, uma professora respondeu ao questionário para realização da pesquisa, mas respondeu que: “em nossa escola não temos alunos homossexuais, travestis e transexuais, não vejo necessidade de lhe entregar o meu questionário.”

Sendo assim;

A maioria dos/as professores/as não se sente apta para tratar do assunto [...] Diante disso, os professores/as perdem a legitimidade de atuação, uma vez que não são especialistas no assunto [...] Esse aspecto, somado com o desafio do trabalho com o tema, torna-se uma barreira para o desenvolvimento de ações no ambiente escolar (RIZZATO, p. 71-72, 2013).

“A primeira pergunta vem abordar onde os professores desenvolvem suas atividades?” Seis professores desenvolvem atividades no Ensino Fundamental da rede pública e seis professores atuam em escolas do Ensino Médio e ensino fundamental.

“A segunda pergunta foi relacionada se os professores cursaram alguma pós-graduação e qual foi o Curso?” Dos seis professores entrevistados nas duas escolas do Ensino Fundamental, todos fizeram pós-graduação, somente 16,67% não especificou. 33,33% fizeram o mesmo curso em Ad. Supervisão/Orientação Escolar (gestão). Os outros 50,00% cursaram outros cursos, entre eles, Ciências do Meio Ambiente, Recursos Humanos para a Alfabetização e Educação Especial. Dos seis professores entrevistados das duas escolas do Ensino Médio, 66,67% cursaram áreas diferentes, sendo elas História, Arte Educação/Filosofia/ Sociologia e Ensino Religioso, Língua Aplicada e Desenvolvimento Humano. Somente 33,33% não descreveram sua Pós. “Nenhum professor se especializou em Gênero ou

diversidade sexual, ou que aborde assuntos sobre identidade de gênero. Mas é possível identificar que a maioria dos pesquisados possuem titulação”.

“A terceira pergunta busca enfatizar se o tema discriminação é discutido em sala de aula? E se ela é abordada, qual a metodologia utilizada?” Dos seis professores entrevistado nas duas escolas do Ensino Fundamental, todos discutem o tema em sala de aula. Sendo que 16,67% trabalham com projetos que abordam diversidade sexual, aspectos físicos e culturais entre outros. 66,67% trabalham o tema por meio de vídeos, textos e palestras e 16,67% trabalham o tema baseado em leituras, discussões e debates em sala de aula. Dos seis professores das escolas do Ensino Médio, 50,00% abordam o tema com diversos textos, filmes, debates que envolvam situações reais e fatos jornalísticos, os outros 50,00% não abordaram a metodologia. Portanto, segundo Bello e Luzzi (2009), o trabalho pedagógico na escola tem a função de trabalhar conhecimentos que possam fundamentar a busca pela transformação social, isso trará para o aluno ampliação no enfrentamento ao preconceito e conseqüentemente reduzi-la as práticas discriminatórias no âmbito escolar.

“Seguindo a pergunta relacionada à metodologia de ensino, como o professor se sente ao tratar o tema homossexualidade?” Dos seis professores entrevistados nas escolas do Ensino Fundamental, 50,00 % alegam não ter nenhuma dificuldade em abordar o tema com os alunos, 16,67% se sente desconfortável e 33,33% se sentem inseguro em discutir o tema. Dos seis professores das escolas do Ensino Médio, 66,67% dos entrevistados disseram não ter problema em tratar esse tema, pois é um tema atual e merece debate, 33,33% não souberam responder. Portanto,

Pensar conceitos como heterossexualidade e homossexualidade como sendo historicamente produzidos constitui-se em uma estratégia de resistência às tentativas de rígidas fronteiras entre as práticas sexuais, permitindo a construção de uma variação temática bastante vasta. Ao apontar a construção histórico-cultural das identidades sexuais e de gênero, o/a professor/a pode auxiliar a/o educanda/o a descobrir os limites e possibilidades impostas a cada indivíduo quando se submete aos estereótipos que são atribuídos a uma identidade sexual e de gênero [...] (DINIZ, p. 484, 2008).

“Diante de tais questionamentos, foi abordado se o tema sobre diversidade sexual está presente no conteúdo didático pedagógico da escola?” Dos seis professores entrevistados nas escolas do Ensino Fundamental, todos responderam que sim. 50,00% disseram que trabalham o conteúdo didático previsto no PPP (Plano Político Pedagógico) no planejamento Anual; 16,67% dos professores dizem que está prevista pelo direito a cidadania, a dignidade e integridade na escola e na sociedade. 16,67% responderam que o tema está presente em biologia, ciências e história, pois a disciplina dá margem para o tema. E mais 16,67% dizem que trabalha o tema em cada disciplina dentro do conteúdo que achar apropriado. Dos seis professores entrevistados nas escolas de Ensino Médio, 16,67% disse que o tema está no conteúdo didático através da PPP, 16,67% disse que o conteúdo está como maneira interdisciplinar. 66,67% dos professores responderam que o tema não está presente no conteúdo didático escolar, justificando com um exemplo um professor da rede pública de Mandaguçu – Pr. “Tivemos alguns alunos travestis e transexuais que solicitaram o banheiro feminino e gerou um grande debate na escola.”

[...] Debates sobre a temática de gênero e diversidade sexual já acontecem efetivamente no espaço escolar, salas de professoras e professores, reuniões pedagógicas e conselhos de classe, sobretudo quando acontecem “problemas” com alunos e alunas homossexuais, desequilibrando as rotinas normativas escolares. São debates muitas vezes realizados à boca pequena, recheados de moralismos, de posições religiosas, feitos em tom de fofoca que ao não enfrentar a reflexão e necessidade de conhecimento sobre a temática acabam por referendar a discriminação e a exclusão de inúmeros estudantes do espaço escolar. Exclusão que por ser invisível demonstra também que é socialmente aceita e só ganha visibilidade quando os sujeitos conscientes de seus direitos clamam por eles. [...] (BELLO; LUZZI. P. 4694, 2009).

“Em relação à pergunta seis, quais as dificuldades que o professor encontra em tratar o tema (homossexual, travesti ou transexual em sala de aula?).” Dos seis entrevistados das escolas do Ensino Fundamental, 50,00% disseram que não encontram dificuldades em tratar o tema e 50,00% disseram ter dificuldades pelo tema ser um assunto melindroso, por falta formação e preparação. Dos seis dos professores das escolas do Ensino Médio, 66,67% disseram que não tem conhecimento pelo tema e falta material didático para discutir em sala de aula. E 33,33% disseram não ter dificuldades com o tema. Todavia,

As tentativas dos professores ainda estão distantes de conseguir construir uma vivência plural no ambiente escolar. Insistimos que essa dificuldade, para nós, não se deve aos professores, mas ao contexto cultural, social e histórico e de formação nos quais eles foram/são produzidos [...] É nesse sentido que entendemos que a formação de professores pode dar uma contribuição significativa. Se a lacuna da discussão das relações de gênero começar a serem preenchidas na formação de professores (inicial e continuada), as representações podem ser ressignificadas e outras podem ser construídas (PAVAN, p. 108-109, 2013).

“Na pergunta sete, foi referida se alunos travestis e transexuais são mais vulneráveis a pressão pelos demais alunos dentro e fora da sala de aula?”

Todos os seis entrevistados das escolas do Ensino Fundamental, afirmaram que os alunos sofrem alguma pressão. Entre os seis professores das duas escolas do Ensino Médio, 83,33%% disseram que “sim” e 16,67% disseram não, pois na escola que ele trabalha o convívio é tranquilo.

Temos como desafio provocar as/os diferentes sujeitos da escola a perceber, questionar e interpretar por meio de conhecimentos específicos as relações de preconceito existentes no seu interior [...] e construir coletivamente encaminhamentos metodológicos para essas questões na escola. Nesse sentido temos como princípios a gestão participativa e democrática; a defesa do acesso e permanência da população LGBT nas escolas públicas; o enfrentamento da evasão escolar das pessoas travestis e transexual [...] (BELLO; LUZZI. P. 4701, 2009)

“A pergunta oito busca enfatizar se existe por parte dos pais acolhimento e promoção na forma de convívio fora da escola de maneira solidária?”

Dos seis professores entrevistados dos Ensinos Fundamentais, 33,33% disseram que não existe apoio aos alunos por parte da família, 16,67% disse desconhecer essa realidade fora da escola. 33,33% disseram que alguns pais apoiam e outros 16,67% disseram que raros os casos que a família apoia. Dos seis professores entrevistados das duas escolas do Ensino Médio, 33,33% relataram que os pais se eximem da responsabilidade, 50,00% disseram que no começo se eximem, mas que posteriormente, pode vir a serem solidários e 16,67% disseram que às vezes.

Em primeiro lugar, os pais devem compreender que não adianta tentar mudar a orientação sexual do filho/a e não dá para alimentar a esperança que a situação mudará; a melhor saída é ir, aos poucos, aceitando esta idéia e não resistindo a ela. Mandá-lo/a para terapia não mudará sua orientação sexual [...] É importante evitar criticar seu filho com base em sua orientação sexual. [...] Aceite seu/sua filho/a do jeito que ele/a é; o que ele/a necessita é de compreensão e amor como qualquer outro filho/a, independente de sua orientação sexual, para não ter afetada sua auto-estima. [...] cabe ao pai e à mãe ensiná-los a defender-se contra todas as formas de discriminação e de violência. [...] (RIBEIRO, p. 96, 2007).

“Apesar dos desafios e dificuldades, por parte dos professores, como é possível superar práticas discriminatórias como o preconceito dentro e fora da sala de aula?” Entre os seis professores entrevistados dos Ensinos Fundamentais, 66,67% disseram que trabalham temas em sala de aula sobre conceito de gênero para interferir nos processos de preconceito. 16,67% disseram que em primeiro lugar, é que é preciso estudar mais a respeito desse tema. E 16,67% disseram que só é possível superar a discriminação através de debates e discussões com os grupos em sala de aula. Dos seis professores das escolas do Ensino Médio, 33,33% disseram que tenta trabalhar conceitos, liberdade de expressão e respeito. 33,33% discutem informações, direitos, e promovem a integração dos alunos. 16,67% tenta identificar as diferenças e trabalhar o conceito de gênero, interferindo no processo de preconceito. E 16,67% disseram entender que cada um pode ser o que quiser, pensar o que quiser e fazer o que quiser.

São ações de enfrentamento ao preconceito e discriminação, orientação sexual e identidade de gênero nas escolas tais como a Campanha de mobilização Estadual pela superação do preconceito e da discriminação por identidade de gênero e orientação sexual na escola que visa à sensibilização e orientação às escolas em relação à garantia do direito civil constitucional à educação para todas as pessoas [...] da rede estadual de educação abordando o preconceito e a discriminação (BELLO; LUZZI, p. 4701, 2009).

“Entre os alunos que começam a reconhecer o desejo por pessoas do mesmo sexo, muitas vezes se sentem constrangidos e omitem o papel de identidade de gênero. Foi perguntado ao professor porque ele acha que isso acontece?” Dos seis professores entrevistados nas escolas de Ensino Fundamental, 33,33% disseram que os alunos se sentem constrangidos por “sentir-se diferente” da maioria dos colegas, mas necessitam se integrar com os demais, nesse momento, conflitos aparecem. 33,33% “responderam que muitas vezes por medo do preconceito e medo de não serem aceitos”. 16,67% “disseram que existe um tabu ainda a ser superado” e 16,67% “responderam que é por falta de abordagem sobre o tema gênero e diversidade na escola para discutirem com os alunos”. Entre os seis professores das escolas de Ensino Médio, 50,00% responderam que é pelo medo do preconceito, violência e medo da represália. Existe ainda muita discriminação de forma velada no meio da sociedade. 33,33% responderam que é por vergonha e 16,67%, por não se achar socialmente comum e aceitável. “Ambos os professores

das duas do Ensino Médio reconhecem que alunos gays, lésbicas e transexuais, encontram diversas dificuldades, fazendo que eles muitas vezes se reconheçam como “desviantes ou indesejados” pelos demais.”

“Outra pergunta abordada ao professor é se ele acredita que o transexual tem comprometimento no desempenho escolar? Por quais fatores?” Dos seis professores entrevistados nas Escolas de Ensinos Fundamentais, 83,33% responderam que o comportamento não interfere no desempenho escolar, pois eles têm as mesmas condições e dificuldades como os demais. 16,67% preferiram não formar opinião sobre o tema, pois não passaram por este tipo de experiência. Dos seis professores entrevistados nas escolas do Ensino Médio, 66,67% disseram que o comportamento não interfere no desempenho escolar. 16,67% disseram que interferem, mas acreditam que a “indisciplina é um falso descomprometimento” em chamar atenção, e 16,67% respondeu que:

“Achei essa pergunta desproporcional, inadequada, preconceituosa e tendenciosa. Porque os transexuais destacados nesta questão? São alunos como quaisquer outros, e dessa forma, se têm os outros comprometidos e os não comprometidos com os estudos... São pelos mesmos fatores.”
Professora da Escola de Estadual do Ensino Médio de Mandaguaçu- Pr.

“E para finalizar o questionário, foi perguntado ao professor: qual metodologia você indicaria ao combate e a superação e ao enfrentamento do sexismo e da homofobia?” Dos seis entrevistados das escolas de ensino fundamental, 16,67% responderam que através de bons livros, filmes e musica. 50,00% disseram que é através de trabalhos pedagógicos, 16,67% disse não existir uma metodologia especifica, o tema tem que ser tratado com naturalidade, combatendo o preconceito e promovendo o convívio social. 16,67% acharam difícil sugerir. Dos entrevistados das Escolas de Ensino Médio, 16,67% responderam que trabalham o combate ao sexismo e a homofobia através de palestras, mais 33,33% trabalham com a conscientização, 33,33% responderam que preferem trabalhar coma materiais como textos, filmes e demais atividades pedagógicas. E 16,67% disseram que precisam de capacitação/ estudos/ materiais impactantes para trabalhar o tema. Não por acaso, a escola deve exercer papel importante nas estratégias metodológicas de ensino sobre sexualidade e identidade de gênero, dentre elas, as Escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio de Mandaguaçu-Pr. Todavia, destacam-se as suas

potencialidades e fragilidades nessas práticas pedagógicas, bem como, a falta de subsídios para investimentos didáticos. Entretanto, professores especializados em outras áreas do saber fizeram referência e abordaram o tema através de suas experiências vivenciadas com crianças e adolescentes. Diante do anseio, muitos professores do Ensino Fundamental mostraram-se inseguros sobre os conteúdos, até pelo fato de reconhecer que as crianças ainda não possuem capacidade de avaliar suas escolhas e opções sexuais. Ao analisar as narrativas dos professores/as do ensino fundamental e do ensino médio, foi observado que a temática é discutida em disciplinas específicas, como ciência e biologia. Certamente deve-se considerar que a equipe pedagógica do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, possui uma função em destaque e são articuladores do Projeto Político Pedagógico, promovendo e incentivando a discussão da temática através de palestras e debates sobre sexismo, homofobia e preconceito com os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o processo de reflexão desenvolvido durante a presente pesquisa, pode-se pensar que, tratar tema como sexualidade e identidade de gênero no ambiente escolar, é algo que merece um olhar empírico sobre o trabalho dos professores. Baseado nas respostas dos questionários, posteriormente a análise realizada, foi possível constatar que alguns dos professores entrevistados enfrentam dificuldades no processo educacional, uma vez que, alguns deles, que desenvolvem suas atividades em uma Escola do Ensino Médio, alegaram não possuir material didático para debaterem temas transversais como, sexualidade e identidade de gênero. Porém, reconheceu-se por meio dos resultados da pesquisa que, mesmo com as dificuldades relatadas, a maioria das disciplinas valoriza as diferenças entre gênero e sexualidade, destacando a importância da discussão sobre o tema, ainda que o mesmo necessite de maior aprofundamento na realidade das escolas.

Nesse sentido, conclui-se que promover a formação continuada para esses profissionais do sistema público educacional, significa uma nova postura pedagógica e que será um instrumento fundamental no reconhecimento da diversidade sexual e para o enfrentamento da homofobia e preconceitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, aos professores que dispuseram seu tempo para realização dessa pesquisa. A Professora e Mestre Liliam Maria Orquiza pela competência e compromisso e a minha Orientadora Mestre Márcia Regina Ferreira pelo desempenho e conhecimento do estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Homofobia nas Escolas: um problema para todos. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Disponível em: http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/39/diversidade_sexual_na_educacao_e_homofobia_nas_escolas.pdf. Acesso em: 21/01/2016.

BRASIL. Secretária de Estado da Educação Superintendência da Educação Departamento da Diversidade Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba –Pr. 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf. Acesso em: 21/01/2016.

BARROS. S. D. D; MENEZES. J. D. A. Tema: Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios do Campo e das Militâncias Políticas. In. Simpósio 18º REDOR, 24., 2014, Recife. Anais... Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/984-4681-1-PB.pdf>. Acesso em 01/10/2015.

BELLO. M. C; LUZZI. J. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: da Exclusão social à afirmação de direitos. A experiência do núcleo Diversidade sexual da Secretária de Estado de educação do Paraná. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia 26., 2009 – PUCPR. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2415_1724.pdf. Acesso em: 15/01/2016.

DINIS. N. F. Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09.pdf>. Acesso em: 08/12/2015.

FELIPE. J. Infância Gênero e Sexualidade. jan. jun. 2000. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/48688-197606-1-PB.pdf>. Acesso em 30/09/2015.

GIL, A.C. Metodologia Científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MADUREIRA. A. F. D. A; BRANCO. A. M. C. U. A. Identidades Sexuais Não-hegemônicas: Processos Identitários e Estratégias para Lidar com o Preconceito. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, Jan-Mar 2007, Vol. 23 n. 1, pp. 081-090. Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6047/1/ARTIGO_IdentidadesSexuaisNaoHegemo.pdf. Acesso em 30/09/2015.

NOGUEIRA. D. M. Gênero e sexualidade na educação. In: I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, 24., 2010, Londrina. Anais... Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.DanielaNogueira.pdf>. Acesso em 30/09/2015.

PAVAN. R. Currículo, a Construção das Identidades de Gênero e a Formação dos Professores. **Revista Contrapontos** - Eletrônica Vol. 13 - n. 2 - p. 102-111 / maio 2013. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/download/3824/2620>.

RIBEIRO. M. D. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. **Revista Eletrônica LENPES-PIBID** de Ciências Sociais – UEL. Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20edicao/MONICA%20-%20ORIENT%20%20ANGELA.pdf>. Acesso em 03/12/15.

RIZZATO. L. K. Percepções de Professores/as sobre gênero, sexualidade e homofobia: pensando a formação continuada a partir de relatos da prática docente. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23102013-112910/pt-br.php>. Acesso em 30/09/2015.

TRAJANO. M D. F. C. Significados da Educação Sexual para Docentes do Ensino Médio/ Maria de Fátima Cordeiro Trajano – Recife: O autor, 2014. Disponível em: https://www.ufpe.br/posca/images/documentos/teses_e_cisertacoes/maria%20de%20fatima.pdf. Acesso em: 22/01/2016.

VINHOLE. A. Gênero e Identidade: Reflexões sobre o contexto e Escolar. In: IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul. UFSM, 2012. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_e_Infancia/Trabalho/07_42_15_2216-6670-1-PB.pdf. Acesso em: 29/01/2016.